



Índice

- 01 PT estimulou conflito entre índios e produtores com promessas e mentiras
- 02 Fogo sagrado e rituais marcam a abertura oficial dos Jogos Indígenas em Marudá
- 03 Famílias quilombolas de Óbidos farão curso para produzir derivados do açaí
- 04 Time quilombola busca o ouro no Jogos Escolares da Juventude
- 05 Justiça Eleitoral realiza reunião com lideranças indígenas para discutir voto ético
- 06 Rio Cuiabá, ex-orgulho dos ribeirinhos
- 07 Alunos indígenas participam de desfile de 5 de Setembro no interior do AM
- 08 Arqueólogos se posicionam contra licenciamento de barragens nos rios Tapajós e Teles Pires
- 09 Índios Tenharim acusados pela morte de três homens são transferidos para Lábrea (AM)
- 10 Fundo Clima financia projetos em terras indígenas
- 11 Grito dos Excluídos faz caminhada pelo centro de São Paulo
- 12 Escolas públicas do Distrito Federal homenageiam culturas que deram origem à diversidade brasileira
- 13 Projeto obriga indenização a 'benfeitorias de boa fé' em reservas indígenas
- 14 Manifestação inclui crise da água em São Paulo entre ameaça a direitos da maioria



- 15 Milícia armada da Reserva Indígena mata adolescente de 14 anos
- 16 Em Goiás, Mais Médicos não chega aos quilombolas
- 17 Terras do exército serão transferidas à Funai para assentar indígenas da etnia Terena
- 18 Votos serão transmitidos via satélite em mais de 1,2 mil localidades remotas
- 19 No programa Repórter do Povo e a Municipalidade Rubens Astolfi destaca questões ambientais no município
- 20 Povos indígenas são excluídos das políticas públicas
- 21 Força Nacional apreende arma de fogo na Reserva Indígena de Dourados
- 22 Voto Ético
- 23 Indígenas presentes na agenda de desenvolvimento da ONU
- 24 Indígenas asháninka são assassinados na fronteira
- 25 Cursos no Estado estimulam indígenas ao empreendedorismo, diz entidade
- 26 Advogada de MS lança livro sobre biopirataria e povos indígenas
- 27 PF vai apurar ataque de índios a madeireiros no Maranhão, diz ministro
- 28 Completam 30 dias a prisão do líder da Suiá Missú, Sebastião Prado
- 29 Peças históricas são encontradas em propriedade do Noroeste do ES
- 30 Quilombo Raça e Classe e MML criticam seriado da Globo "Sexo e as negas"



PT estimulou conflito entre índios e produtores com promessas e mentiras

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 06.09.2014

Durante visita à cidade de Miranda, na sexta-feira (5), o candidato a governador Reinaldo Azambuja (PSDB) afirmou que, há 12 anos à frente do governo federal, PT estimulou conflito entre produtores e indígenas com mentiras e promessas. Ele reafirmou seu compromisso de governar por uma solução pacífica, que leve melhoria da qualidade de vida tanto para as aldeias quanto para os produtores rurais.

“O grande problema é que o PT se aproveitou de mentiras e promessas e não resolveu o problema em 12 anos, pelo contrário, estimulou uma briga muito ruim. Com isso, verdadeiras guerras foram armadas nos campos, nas quais ambas as partes - índios bem como produtores - amargaram prejuízos. Vidas se perderam nas batalhas provocadas pela omissão do PT”, denunciou Reinaldo.

O candidato tucano lembrou que os produtores rurais do Estado possuem títulos de terras que foram compradas e homologadas pelo então estado de Mato Grosso ou pela União e que eles devem ser indenizados de forma correta se suas propriedades forem utilizadas para ampliação de terras indígenas.

“Se o Estado foi omissor e titulou a área indígena, que indenize os produtores. O produtor vai pegar o dinheiro e comprar terra em outro lugar, com preço justo. O problema é que eles [referindo-se ao Governo Federal] querem pagar preço de banana por uma terra que tem um valor maior”, disse.

Índio mais cidadão

Além de governar para solucionar o conflito agrário, Reinaldo assumiu o compromisso de levar desenvolvimento para dentro das aldeias sul-mato-grossenses para melhorar os serviços básicos oferecidos aos índios.

“O problema é que o governo do estado de Mato Grosso do Sul não criou nada nesse sentido nos últimos anos. Ele quer tratar o índio como se fosse uma pessoa alienada da sociedade. Mas eles são cidadãos que querem estudar, ter internet, telefonia e produção”, disse.



Fogo sagrado e rituais marcam a abertura oficial dos Jogos Indígenas em Marudá
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 06.09.2014

A programação dos IV Jogos Indígenas começou neste sábado (06) com as competições de futebol masculino e feminino. As partidas do feminino são disputadas no campo do Bacuriteua, na estrada do Crispim, município de Marapanim (nordeste do Pará). As partidas do masculino acontecem em dois locais: na estrada de Bela Vista e no estádio municipal do Araujão. A partir das 15 h, na arena da praia de Marudá, começam as competições dos esportes tradicionais, com disputas de arco e flecha (masculino), kaipy, demonstração de corrida de tora (masculino e feminino), rônkran (masculino) e arremesso de lança (masculino).

Neste sábado também começa o Fórum Social Indígena, na Oca Fórum. O evento será aberto com uma cerimônia espiritual e cantos tradicionais. A primeira mesa, com o tema "Os Jogos dos Povos Indígenas - História e Avanços", terá à frente Carlos Terena, coordenador geral dos Jogos Indígenas.

O Fórum prossegue até este domingo (7), a partir das 8 h, com a mesa de debates sobre o tema "Doenças Sexualmente Transmissíveis, a Saúde Mental e a Cultura Indígena", com Raquel de Jesus Gomes, da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), e Pedro Paulo Nascimento, coordenador regional de Saúde Mental.

Tradição - Mais de 4 mil pessoas lotaram as arquibancadas da arena de competição dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, na abertura oficial do evento, na noite de sexta-feira (5). Diante de centenas de indígenas de 15 etnias brasileiras, usando vestimentas e pinturas tradicionais, moradores de Marapanim, em especial os do Distrito de Marudá, se emocionaram com o espetáculo, que incluiu a produção do fogo sagrado, o acendimento da pira simbolizando o início dos Jogos e o show pirotécnico de quase 10 minutos, que iluminou o céu na praia de Marudá.

A cerimônia começou às 17 h, mas desde o início da tarde o público já começava a ocupar as arquibancadas. Muitas delegações indígenas chegaram à praia de Marudá cantando e dançando, manifestando a alegria em participar do evento.

As delegações entraram na arena sob aplausos e gritos de empolgação do público, diante das cores e costumes trazidos pelas etnias paraenses: Aikewara (de São Domingos do Capim), Araweté (de Altamira), Assurini do Tocantins (de Tucuruí), Assurini do Xingu (de Altamira), Gavião Kiykatejê (de Bom Jesus do Tocantins), Gavião Parkatejê (de Bom Jesus do Tocantins), Guarani (de Jacundá), Kayapó (de Tucumã), Munduruku (de Jacareacanga), Parakanã (de Altamira), Tembé (de Paragominas), Xikrin (de Ourilândia do Norte), Wai Wai (de Oriximiná). Participam ainda as etnias convidadas - Pataxó (da Bahia) e Xerente (do Tocantins).

O marco do evento foi a produção do fogo sagrado, feito de acordo com a tradição, com fricção

CONT.



de gravetos. Uma moradora de Marapanim entrou na arena segurando a tocha. Em seguida, Jopeptyre, 12 anos, sobrinha do cacique Zeca Gavião, do povo Gavião Kiykatejê, e o guerreiro Beprô, do povo Kayapó, entraram segurando o fogo sagrado. Eles acenderam dezenas de tochas, colocadas no entorno da arena.

Rituais - Cada etnia dançou e cantou ao redor da fogueira acesa no centro da arena, para pedir proteção aos ancestrais e aos deuses para o evento e todos os participantes. Os Pataxó realizaram um ritual que costuma ser feito nas tribos durante o amanhecer e o por do sol. Os Xerente mostraram o ritual sagrado da tora, em que vários atletas correm carregando duas toras, cada uma pesando cerca de 120 quilos.

Após as apresentações das etnias, as bandeiras de Marapanim, do Pará e do Brasil foram hasteadas, enquanto um grupo Pataxó acompanhou a cantora paraense Adriana Cavalcante na execução do Hino Nacional. "Hoje, pouco mais de 450 mil índios vivem em solo nacional. Chega de escravizar e ceifar suas vidas. Temos, sim, a obrigação de pagar essa dívida, mesmo sabendo que isso é impagável", disse Renilce Nicodemos, titular da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel), ao lado do titular da Secretaria Especial de Promoção Social, Alex Fiuza de Melo, que representou o governador Simão Jatene na cerimônia. A prefeita de Marapanim, Edilene Moraes, foi representada pela secretária Municipal de Turismo, Marlene Reis.

A festa prosseguiu com a corrida de tora demonstrada pelos Gavião Kiykatejê e Parkatejê. Ao final, houve o disparo de flechas para acender a pira, simbolizando o início dos Jogos. A pira foi feita artesanalmente pelo artista plástico Bada, morador da cidade de Marapanim.

Um letreiro com a frase "Pensar índio" foi iluminado com o fogo sagrado, pouco antes do show pirotécnico.

Serviço: Os IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará ocorrem até o dia 10 de setembro, em vários distritos de Marapanim, e na arena montada na praia de Marudá (nesta, a partir das 15 h). Toda a programação é gratuita.

Dedé Mesquita
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer



Famílias quilombolas de Óbidos farão curso para produzir derivados do açaí
SÍTIO G1, 06.09.2014

Atividade vai oferecer mecanismos para geração de renda para 40 famílias. Açaí é um fruto abundante na comunidade quilombola Patauá do Umirizal.

Remanescentes de quilombos, da Comunidade Patauá do Umirizal, em Óbidos, oeste do Pará, vão participar de um curso sobre derivados do açaí, promovido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) nos dias 15 e 16 de setembro. A atividade vai oferecer mecanismos voltados à geração de renda para 40 famílias da comunidade.

O açaí é um fruto abundante na área da comunidade quilombola Patauá do Umirizal. O objetivo do curso é agregar valor ao açaí nativo extraído na região, além de formar mão de obra especializada para a participação no Festival do Açaí, que acontece na localidade nos dias 26, 27 e 28 de setembro, no barracão comunitário, atraindo mais de 200 pessoas.

Segundo a chefe do escritório local da Emater, a assistente social Clélia Guerreiro, que ministrará o treinamento, os participantes aprenderão a fabricar doces, sobremesas, sorvetes e outros derivados do açaí.

A Emater, em Óbidos, realizou um levantamento técnico para potencializar a atividade agrícola das famílias remanescentes de quilombos. Assim, segundo o técnico em Agropecuária da Emater, Ederlan Correa, que realiza o atendimento, um cronograma de atividades já foi iniciado na comunidade Patauá.

Correa ainda informou que a fase de levantamento de potencialidades ainda não está concluída, mas que o beneficiamento do açaí e o melhoramento da produção de farinha de mandioca já estão determinados para as famílias quilombolas.



Time quilombola busca o ouro no Jogos Escolares da Juventude

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 06.09.2014

A equipe é da comunidade de Conceição das Crioulas, em Salgueiro-PE. As meninas têm entre 12 e 14 anos e representam Pernambuco no futsal feminino da categoria

Os moradores da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro, no sertão pernambucano, fazem questão de valorizar a história e as raízes do lugar. Conta a lenda que o distrito nasceu a partir do trabalho de quatro mulheres negras, que após conseguirem a liberdade chegaram ao local, que hoje fica a 40km da sede do município. A história é motivo de inspiração para os quilombolas. Duzentos anos depois, o esporte surge como mais uma fonte de orgulho para a comunidade. Através do futsal, o time mirim da Escola José Mendes, formado por meninas entre 12 e 14 anos, vem fazendo bonito nas competições que participa em Pernambuco e em outros estados. De 2011 para cá, ganhou quase tudo que disputou. E o próximo desafio será nos Jogos Escolares da Juventude, em Londrina-PR.

– Sempre que nosso time chega de alguma competição, é sempre muito bem recebido. As vezes tem até comemorações com fogos. Isso só nos dá mais força e garra – conta Dandara Mendes, pivô da equipe.

Em 2013, em Natal-RN, o time conseguiu um feito histórico. Foi a primeira equipe formada por uma comunidade quilombola a participar dos Jogos. A medalha de prata serviu para coroar o momento. Agora, as meninas entram na disputa querendo o lugar mais alto do pódio e esperam uma nova queima de fogos em Conceição das Crioulas.

– Se Deus quiser, nós vamos conseguir trazer o título – promete Cintia Clarissia, zagueira do time.

Para chegar até os Jogos Escolares da Juventude, as meninas passaram pelos jogos municipais, regionais, onde enfrentaram times das cidades da região de Salgueiro, e o pernambucano. O treinador da equipe não esconde a expectativa.

– Nossa expectativa é muito grande, porque no ano passado nós fomos vice e agora nos preparamos mais para conseguir nosso objetivo. A gente colocou Pernambuco na primeira divisão, que antes estava na segunda, e é muito merecido ser o nosso time a disputar a primeira divisão – diz o professor João Vitorino da Silva.

Os Jogos escolares da Juventude é a maior competição estudantil do país. Cerca de 3.970 atletas, entre 12 e 14, participarão das provas, que vão de 4 a 13 de setembro. O evento é organizado pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e reúne jovens de todos os estados brasileiros na disputa de 13 modalidades esportivas.



Justiça Eleitoral realiza reunião com lideranças indígenas para discutir voto ético
SÍTIO BV NEWS, 06.09.2014

O evento serviu para reunir lideranças indígenas do Estado a fim de ouvir os principais anseios dessa parcela significativa da sociedade

Por - Redação

O presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR), desembargador Mauro Campello, reuniu-se na manhã de hoje (05), no plenário da instituição, com lideranças das etnias ingaricó e macuxi, para discutir a ética e a inclusão dos indígenas no processo eleitoral. Participaram do encontro o coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, juiz Marlon Jacinto Reis, o procurador regional eleitoral Igor Miranda, além do membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Oneildo Ferreira.

Campello explicou que Roraima possui o maior índice populacional de índios no Brasil e o evento serviu para reunir lideranças indígenas do Estado a fim de ouvir os principais anseios dessa parcela significativa da sociedade. Ele destacou a presença do juiz de direito Marlon Jacinto Reis, do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo um trabalho de combate à corrupção eleitoral, especialmente porque foi o idealizador da Lei da Ficha Limpa.

“A Justiça Eleitoral dá esse grande passo, não só criando novas seções eleitorais de difícil acesso, como também qualificando esse voto e explicando como funciona o processo eleitoral. Nosso foco é disseminar sempre a ideia de que o voto não deve ser vendido e representa um instrumento de transformação de melhoria de vida das comunidades indígenas”, ressaltou.

Na análise do coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, juiz Marlon Jacinto Reis, o principal objetivo do encontro não foi somente falar sobre a necessidade da evolução das normas eleitorais, mas fundamentalmente ouvir as representações indígenas sobre os desafios enfrentados.

“Os líderes falaram sobre as dificuldades de organização política e o impacto do poder econômico nas eleições. É uma aproximação que terão desdobramentos futuros. Nossa proposta é integrar os indígenas na luta pela reforma política, para poder assegurar a presença de todos nessa grande mesa, que é o parlamento. Lançamos aqui a semente de um amplo diálogo com a finalidade de unir as instituições, incluindo a sociedade civil e as comunidades indígenas, num grande debate”, salientou.

Para o coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Ivaldo André, o evento foi importante para esclarecer alguns pontos referentes ao processo eleitoral. “Esse conhecimento é fundamental para que no futuro nós possamos ter nossos representantes políticos, sabendo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 158 / 2014

Brasília, 08 de setembro de 2014.

que temos que ter um voto ético, limpo e esclarecido. Alguns já estão se envolvendo, mas para a maioria ainda não é muito claro qual a importância do voto consciente. Nós como líderes, exercemos importante papel no sentido de repassar essas informações para a população indígena. Só assim, poderemos avançar na luta pelos nossos direitos”, disse.

O líder Dilson Ingaricó lembrou que é primordial que a Justiça Eleitoral leve essas informações educacionais para as populações indígenas a fim de fortalecer a democracia no processo de desenvolvimento. “A partir dessa discussão, os indígenas terão mais conhecimentos para escolher melhor seus representantes dentro do Estado e dentro da Federação brasileira”, comentou.



Rio Cuiabá, ex-orgulho dos ribeirinhos

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 06.09.2014

"Foi se o tempo em que a gente brincava, banhava e até lavava roupa no rio", diz moradora da comunidade lamentando atual cenário do rio

Ribeirinhos que nasceram e ainda moram na Comunidade de São Gonçalo, em Cuiabá, lembram com saudade da época em que podiam tomar um refrescante banho nas águas do Rio Cuiabá. Hoje, lamentam o fato de não poderem mais desfrutar das mesmas atividades recreativas que o rio proporcionava há cerca de 20 anos. A região do São Gonçalo está entre os quatro locais de recreação e banho utilizados pela população considerados impróprios pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema).

"Foi se o tempo em que a gente brincava, banhava e até lavava roupa no rio. Até a praia onde costumávamos fazer apresentação de siriri sumiu com a operação das dragas", lamentou a artesã Adair de Arruda Pereira, que nasceu na comunidade ribeirinha.

Mãe de quatro filhos e avó de quatro netos, Adair afirma que apenas os mais velhos tiveram a oportunidade de desfrutar das águas despoluídas do Cuiabá. "Até o córrego (São Gonçalo) a gente atravessava nadando. A água era limpa, cheia de peixe. Hoje, é puro esgoto", citou. Antes de desaguar no Cuiabá, o córrego carrega para o rio todo lixo e esgoto "in natura" produzido por boa parte da população cuiabana. O mesmo ocorre com o Rio Coxipó, que também desemboca no Cuiabá.

Proprietário de restaurante, Mamedes Pereira dos Santos reside no São Gonçalo há 30 anos. Segundo ele, a comunidade é um ponto turístico bastante visitado, mas por conta da sua gastronomia. "Hoje, as pessoas vêm mais aqui para degustar os nossos pratos, que é a base de peixe e para conhecer o artesanato local. Hoje, ninguém mais utiliza o rio para tomar banho", comentou.

Conforme Santos, até para pescar na região está difícil atualmente. "Aqui, o peixe praticamente sumiu. O pescado que servimos é praticamente de tanque e, o pintado, a gente compra no Mercado do Porto", destacou. Apenas aos sábados e domingos, a comunidade recebe a visita de cerca de mil pessoas.

Para Santos, a situação em que atualmente se encontra o Rio Cuiabá é resultado da falta de investimento na área de saneamento básico. "A gente sabe que está impróprio para banho. O que precisa é construir uma lagoa de decantação para evitar que o esgoto caia sem tratamento no rio", sugere.

BALNEABILIDADE

CONT.



As coletas, chamadas de campanhas de balneabilidade, foram realizadas pela Sema no período de 23 a 27 de junho em cinco pontos e de 01 a 28 de julho em 15 pontos, num total de 20 locais analisados. Neste ano, foram classificadas como Impróprias à prática de recreação e banho os locais de banho na comunidade de São Gonçalo, a região de Bom Sucesso, que fica em Várzea Grande, a praia de Santo Antônio e o Rio Paraguai, em Barra do Bugres.

“A constatação da presença de coliformes fecais, em um determinado local, acima dos limites estabelecidos pela legislação, pode estar associada aos lançamentos de esgoto sanitário ou fezes de animais, presença de micro-organismos patogênicos o que aumenta a possibilidade do banhista contrair alguma doença de veiculação hídrica como poliomielite, cólera, hepatite, febre tifóide, gastroenterite, doenças da pele e outras”, explicou o gerente de Laboratório e Ensaios, Sérgio Batista de Figueiredo, por meio da assessoria de imprensa.

Entre os 20 locais analisados e considerados próprios para banho estão a Praia do Pari e Coxipó Açu, em Cuiabá, a Passagem da Conceição, em Várzea Grande, a Praia das Embaúbas, em Rosário Oeste, a Praia da Arara, em Pontal do Araguaia e a Ponte de Ferro, na Comunidade do Coxipó do Ouro. Os demais locais e outras informações podem ser obtidas no portal da Sema (www.sema.mt.gov.br).

Alunos indígenas participam de desfile de 5 de Setembro no interior do AM

SÍTIO G1, 06.09.2014

Jovens de comunidade no interior solicitaram participação à prefeitura. Ao todo, três mil alunos da rede pública integraram desfile nesta sexta (5).



Cerca de 200 estudantes indígenas participaram do desfile (Foto: Divulgação/Prefeitura de Benjamin Constant)
Cerca de 200 indígenas participaram do desfile (Foto: Divulgação/Prefeitura de Benjamin Constant)

Cerca de três mil alunos de escolas das redes municipal e estadual de ensino participaram, na manhã desta sexta-feira (5), do desfile cívico em comemoração à elevação do Amazonas a categoria de província no município de Benjamin Constant, a 1.116km de Manaus. Entre os jovens que participaram, 200 são indígenas da etnia Tikuna.

O desfile teve início às 8h, após a bandeira ser hasteada. A fanfarra da Escola Municipal Indígena Marechal Rondon abriu a celebração. Os estudantes indígenas levaram aspectos da cultura desfilando em trajes tradicionais da etnia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 158 / 2014

Brasília, 08 de setembro de 2014.

Os 200 alunos indígenas foram levados da comunidade de Feijoal, no município, para a sede de Benjamin Constant. Segundo a prefeitura, a participação destes jovens atendeu um pedido da própria comunidade, que solicitou em 2013 a integração com os estudantes da sede do município no desfile de 5 de setembro.



Arqueólogos se posicionam contra licenciamento de barragens nos rios Tapajós e Teles Pires

SÍTIO CARTA CAPITAL -BLOG FELIPE MILANEZ, 06.09.2014

Posicionamento da Sociedade Brasileira de Arqueologia cobra a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, de acordo com a Convenção 169 da OIT

A participação de cientistas em processos de construção de barragens na Amazônia é uma grande polêmica aberta. Os processos de licenciamento feitos pelo governo têm sido atropelados, e algumas empresas de "pesquisas" costumam distribuir laudos para temas que não são de sua especialidade. No rio Tapajós, cientistas que invadiram territórios indígenas para realizar levantamentos, contra a vontade das populações locais e sem consulta prévia, tiveram que ser escoltados pelo Exército e a Força Nacional. Ou seja: a força bruta do Estado está sendo utilizada por cientistas, como um antigo modelo colonial, para impor às populações locais formas de extração de recursos que impactem diretamente seus territórios e suas vidas. Como diz o cacique Juarez, nesse vídeo: "eles não são pesquisadores, são exploradores de terra".

Barrar um rio que serve de transporte e produção de alimentos, destruir uma cachoeira sagrada, não serão pequenas mudanças na vida dos Munduruku, por exemplo. No mínimo, essa ação violenta do governo já produz pesadelos, como me relatou uma vez o cacique Kubatiapã (leia aqui):

"Estávamos andando, um bocado de pessoas. Pintados. Com arco e flecha nas costas, na direção do poente. Num momento vem um avião, passando pertinho. E de uma estrada, para um carro, e eles começam a atirar. O avião metralha. Eu estava com a arma, o arco na mão, que virou uma espingarda 22. O jato começou a atirar contra o povo, na direção dos mais fracos. Gritei para todo mundo entrar no mato. Era como pingo d'água caindo do céu. Eram projéteis, balas. Nos escondemos e fomos para essa cachoeira sagrada. Lá é um lugar protegido. Ali está a história", diz. "Se acontecer a hidrelétrica, o rio Tapajós tem história indígena. Vão acabar com o rio. Vão acabar."

Frente ao recente anúncio por Maurício Tolmasquin de que o leilão da UHE São Luiz do Tapajós deverá ser realizado ainda este ano, e considerando que a consulta livre, prévia e informada (conforme estipula a Convenção 169 da OIT da qual o Brasil é signatário) ainda não foi iniciada, a Regional Norte da Sociedade de Arqueologia Brasileira se manifestou durante sua última Assembleia, na cidade de Macapá, em 27 de agosto de 2014. A moção, reproduzida abaixo, faz um apelo aos colegas de profissão para não participarem do licenciamento ambiental enquanto a situação, questionada pelo MPF, perdurar. A moção ainda manifesta preocupação com as mudanças esperadas no processo de licenciamento ambiental que deverão flexibilizá-lo, já que o patrimônio arqueológico e imaterial da bacia do Tapajós ainda é pouco conhecido e corre o risco de perder sua proteção.

CONT.



Abaixo a nota da Sociedade Brasileira de Arqueologia:

Solidariedade com os povos da bacia do Tapajós

Nota de posicionamento Aprovada na Assembleia da Sociedade de Arqueologia Brasileira – Núcleo Regional Norte

Macapá, 27 de agosto de 2014.

O processo de estudo de impacto ambiental e de construção de uma série de barragens relacionadas ao Complexo Teles Pires e Tapajós vem ocorrendo em flagrante desrespeito aos direitos dos povos da floresta quem vivem na região. A argumentação de que o impacto das barragens será pequeno devido a um pretenso vazio demográfico não se sustenta, ainda mais quando considerarmos a longa ocupação humana da bacia evidenciada pelo registro arqueológico da região.

Dessa forma, vemos com grave preocupação o envolvimento de nós arqueólogos em um processo que já contou com a presença da Força Nacional de Segurança para assegurar o prosseguimento de pesquisas, invadindo territórios indígenas e tradicionais, constringendo comunidades.

Portanto, conclamamos aos colegas de profissão a não participarem de atividades relacionadas ao licenciamento ambiental das barragens da bacia do Tapajós enquanto este processo seguir em um contexto de violações dos direitos das comunidades afetadas, que ainda não foram consultados segundo estipula a Convenção 169 da OIT. Fazemos um apelo para que tais atividades somente sejam retomadas uma vez que ocorrer a consulta livre, prévia e informada, reconhecida como tal pelo Ministério Público Federal.

Ademais, expressamos nossa profunda preocupação com a possível flexibilização anunciada do licenciamento ambiental. A região onde se planeja construir os barramentos na bacia do Tapajós ainda é pouco estudada; arriscamos lançar mão de um patrimônio arqueológico que sequer conhecemos se essas mudanças enfraquecerem a sua proteção.

SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira



Índios Tenharim acusados pela morte de três homens são transferidos para Lábrea (AM)

SÍTIO A CRÍTICA/AM, 06.09.2014

De acordo com Carlos Evaldo Terrinha Almeida de Souza, advogado das vítimas, a transferência decorre principalmente do declínio de competência da Justiça Federal para julgar o caso, que passou a tramitar na Justiça Comum Estadual há cerca de três meses

06 de Setembro de 2014

LUCAS JARDIM

Os familiares empunhavam cartazes e exigiam resposta do poder público

Os familiares exigem resposta do poder público (Raolin Magalhães)

Os cinco índios Tenharim acusados de sequestrar, torturar e matar três homens na Rodovia Transamazônica (BR-230) foram transferidos do Centro de Ressocialização Vale do Guaporé, localizado na cidade de Porto Velho (RO), para a unidade prisional do município amazonense de Lábrea, a 702 quilômetros de Manaus.

De acordo com Carlos Evaldo Terrinha Almeida de Souza, advogado das vítimas, a transferência decorre principalmente do declínio de competência da Justiça Federal para julgar o caso, que passou a tramitar na Justiça Comum Estadual há cerca de três meses. "A Justiça Federal já estava entendendo há algum tempo que o caso não era da esfera federal por não ser uma questão de direito estritamente indígena que estava sendo discutida na causa. O que aconteceu foi vingança, pura vingança", disse o advogado.

Segundo Carlos, com o declínio de competência, o juiz da Vara de Execuções Penais de Rondônia entendeu que os réus deveriam aguardar julgamento sob a tutela do Estado competente e foi orquestrado o encaminhamento dos índios para Humaitá, cidade, perto da qual o crime ocorreu.

No entanto, Jefferson Galvão de Melo, juiz da 2ª Vara de Humaitá, onde o processo agora tramita, solicitou, em decisão, que eles não fossem transferidos para a cidade e sim, para Lábrea. A razão, segundo ele, é que, "devido à repercussão dos fatos narrados na denúncia, não há nesta comarca [Humaitá] lugar seguro que possa garantir a integridade física dos citados indígenas". Ele ainda menciona que o crime já tinha gerado um "verdadeiro 'quebra-quebra'" na localidade.

A situação, no entanto, continua longe de ser animadora. "Eu e o Ministério Público acreditamos que tampouco Lábrea tenha segurança para mantê-los a salvo de represálias, caso elas aconteçam. Absolutamente nada impede que populares se insurjam contra eles neste momento", explicou Carlos.

Ele confessa ter pensado em outras hipóteses que pudesse peticionar junto ao Judiciário.



“Penso que poderiam vir para Manaus, no entanto, isso prejudicaria demais a instrução criminal. Haveria sempre de ter um avião a disposição para levá-los para Humaitá se necessário fosse? Se sim, quem arcaria com essa despesa? É problemático”, racionaliza o patrono.

Quanto à questão do declínio de competência, ele argumentou concordar com o posicionamento da Justiça Federal, mas que o envolvimento dessa esfera do Judiciário foi benéfico no início do caso. “A Justiça e a Polícia federais fizeram um excelente trabalho, até onde me concerne. Havia tantas forças externas querendo que não se achasse cadáver nenhum, que o caso não desse nada. Várias ONGs em prol dos índios, muitas delas até internacionais, queriam isso, mas a Polícia não deixou abater”, disse ele.

Para Carlos, a conduta dos acusados não foi isolada. “A investigação, conduzida pelo delegado Carlos Alexandre, foi exemplar, e acharam muito mais do que os corpos das vítimas desse caso. Acharam vestígios de carros queimados e de outros corpos também. Eles sabiam o que estavam fazendo, foi feito todo um ritual com os homens, um ritual em que toda a aldeia participou, inclusive”, relatou o advogado.

Considerando os riscos envolvidos na prisão preventiva dos índios, o patrono diz que pretende que fazê-los ir a júri até novembro. “O que eles fizeram é bárbaro, passa pelo sequestro, passa pela tortura, passa pelos homicídios triplamente qualificados e inclui ocultação de cadáver. Somando todas essas penas, eles podem receber até 150 anos de reclusão por isso”, concluiu.



Fundo Clima financia projetos em terras indígenas

SÍTIO VERMELHO, 07.09.2014

Terras Indígenas localizadas no Cerrado e Caatinga receberão investimentos de R\$ 2,8 milhões para o apoio à elaboração de planos de gestão territorial e ambiental que devem contribuir para o combate ao desmatamento, à desertificação e para o incentivo ao uso sustentável da biodiversidade. As propostas deverão ser apresentadas até 17 de novembro.

Reprodução

Os recursos destinados aos projetos aprovados apoiarão a implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima, informa o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Serão assegurados até R\$ 150 mil para cada uma das propostas que poderão ser apresentadas por organizações da sociedade civil de interesse público, organizações indígenas, organizações indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas, e fundações de direito privado, que trabalhem direta ou indiretamente com povos indígenas.

O Fundo Clima financia iniciativas que contribuam com a redução dos impactos da mudança do clima e com a adaptação a seus efeitos. Os recursos não reembolsáveis, como é o caso desses que favorecem as terras indígenas, são operados pelo MMA.

Planejamento

"Há previsões de redução de 35% a 45% de chuvas no Cerrado até 2100, com graves perdas de fauna, flora e comprometimento dos modos de vida indígenas", relata o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do MMA, Paulo Guilherme Cabral. "E a Caatinga é o bioma mais vulnerável às mudanças climáticas que decorrem do desmatamento."

Ele explica que os recursos serão destinados a projetos que favoreçam as iniciativas indígenas para o monitoramento ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental e o manejo de cadeias produtivas ambientalmente sustentáveis que mobilizem as comunidades para a proteção de seus territórios.

Parceria com a Funai

O edital de seleção foi publicado no último dia 28 de agosto, no Diário Oficial da União, e os recursos serão provenientes do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que é presidido pelo MMA.

O projeto denominado "Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas" é uma cooperação técnica entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 158 / 2014

Brasília, 08 de setembro de 2014.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Saiba mais

O Fundo Clima é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e disponibiliza recursos em duas modalidades, a saber, reembolsável e não-reembolsável. Os recursos reembolsáveis são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos não-reembolsáveis são operados pelo MMA. Um percentual de 2% da verba anual fica reservado para o pagamento do agente financeiro e quitação de despesas relativas à administração e gestão.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Grito dos Excluídos faz caminhada pelo centro de São Paulo

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 07.09.2014

Fernanda Cruz – Repórter da Agência Brasil Edição: Lílian Beraldo

A passeata do Grito dos Excluídos reúne 200 pessoas na capital paulista. O grupo caminhou da Praça da Sé e chegou, por volta do meio dia, ao Largo do Café, na região central da cidade, onde devem encerrar o ato. Esta é a 18ª edição do Grito em São Paulo e tem como tema a questão da criminalização das manifestações.

De acordo com Paulo César Pedrini, coordenador da Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo e integrante da organização, o lema é ocupar ruas e praças na luta por direitos. “Em São Paulo, a gente resolveu priorizar três eixos: a criminalização do movimento sindical e social, o direito de greve e também a questão da água, que há muito tempo não se investe seriamente.”

O ato tem participação das pastorais sociais da Arquidiocese de São Paulo, das centrais sindicais, entre outros movimentos sociais. “O significado aqui é denunciar a exclusão social presente no nosso país. A falta de saúde, de educação, de moradia”, disse Pedrini.

Representantes de comunidades indígenas paulistanas também integraram a passeata. Segundo o índio Salvador, da etnia Kaimbê, que tem 1,2 mil integrantes vivendo em uma aldeia da região de Heliópolis, zona sul, os povos indígenas buscam defender seus direitos.

“Nós viemos aqui para representar a nossa aldeia, mas as outras etnias também. Estamos reivindicando melhorias para nós. Reivindicamos saúde, transporte, escola para os nossos filhos. Somos muito discriminados. Reivindicamos também a demarcação das nossas terras”, declarou.



Escolas públicas do Distrito Federal homenageiam culturas que deram origem à diversidade brasileira

SÍTIO PORTAL BRASIL, 07.09.2014

Em comemoração ao 7 de Setembro, Dia da Independência do Brasil, a capital federal sedia o tradicional Desfile Cívico, que conta com a participação de escolas e forças militares, em um grande ato de homenagem à história do Brasil. O público estimado é de 30 mil pessoas.

Alunos das escolas do Distrito Federal apresentam a influência das culturas indígena, europeia e africana no Brasil. Participam cerca de 1.200 estudantes do ensino fundamental e médio, de 12 a 17 anos, informa a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A programação deste domingo (7) tem início previsto para as 9h, com a chegada da presidenta Dilma Rousseff à Tribuna Presidencial, com Honras Militares, feitas pelo Batalhão da Guarda Presidencial. A Força Aérea Brasileira encerra as comemorações nem Brasília com uma mensagem ao povo brasileiro.

Diversidade

A apresentação comemorar as riquezas do Brasil e a diversidade cultural e étnica presentes no País. Essa riqueza cultural se dá, em grande parte, pela miscigenação de cores e raças que se espalham por todas as regiões.

Pensando nisso, neste ano, a Secretaria de Educação Distrito Federal decidiu celebrar influência de diversos povos na construção da cultura brasileira. Um grupo de estudantes prestou homenagens à influência dos povos indígenas e africano, além do europeus, representados por Portugal, Itália, Alemanha e França.



Projeto obriga indenização a 'benfeitorias de boa fé' em reservas indígenas

SÍTIO UOL, 07.09.2014

Um projeto de lei (5919/2013) do deputado Dr. Jorge Silva (PROS-ES) chamou a atenção da Articulação do Planalto pela insistência na tramitação e o lobby.

O texto garante indenização de benfeitorias ao... 'ocupante de boa-fé em terras indígenas'. É escancaradamente o perdão para quem já ocupou, e o passe-livre para quem quer invadir reservas.

O deputado Irajá Abreu (PSD-TO), relator na Comissão de Direitos Humanos, deu aval pela aprovação, com quatro emendas, em dezembro passado. Mas em nome do bom senso, os deputados Lira Maia (DEM-PA) e Padre João (PT-MG) pediram vista.



Manifestação inclui crise da água em São Paulo entre ameaça a direitos da maioria
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 07.09.2014

Indígenas, imigrantes, moradores de rua, trabalhadores e juventude se unem em evento contra a desigualdade de oportunidades e por mais saúde, educação, moradia, transportes e terra

São Paulo – A crise no abastecimento de água em São Paulo é o novo reforço da lista de direitos negados à população que foi às ruas de São Paulo na manhã de hoje (7) para clamar por mais saúde, educação, moradia, transporte, trabalho decente e igualdade de oportunidades, durante a 20ª edição do Grito dos Excluídos, ato político que ocorre anualmente no Dia da Independência. O lema deste ano foi Ocupar ruas e praças por liberdade e direitos, em menção às manifestações populares e de movimentos sociais que ocorrem no país desde junho de 2013. O Grito coincidiu ainda com o encerramento da campanha de uma semana do Plebiscito Popular pela Assembleia Constituinte com o objetivo de realizar a reforma política.

Entre as causas propositivas, no entanto, a crise de falta de água foi apresentada pela organização do ato como um novo problema grave que atinge a população mais carente no estado de São Paulo. As entidades que compõem o Grito destacaram como principais equívocos do governo de Geraldo Alckmin (PSDB) a falta de investimentos na manutenção do Sistema Cantareira, que opera no máximo de seu limite, e na busca de novos mananciais. Estudos e alertas de especialistas informaram o governo, pelo menos desde 1985, de que o investimento em alternativas era necessário. No mesmo período, no entanto, uma das prioridades da gestão da Sabesp tem sido garantir a rentabilidade da empresa, que, entre 2005 e 2013, somou R\$ 13,7 bilhões em lucros e alcançou patrimônio líquido de R\$ 12,9 bilhões. Esse capital, apontam os movimentos, poderia ter sido revertido em garantia de oferta de água.

O encontro é organizado por Fórum das Pastorais Sociais da Arquidiocese de São Paulo, Intersindical, Central Sindical e Popular Conlutas, Associação Nacional dos Sindicatos Independentes Unidos pra Lutar, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), organização Terra Livre, movimento Luta Popular, Uneafro, Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo (CLASP), Conselho Indigenista Missionário (CIMI-SP) e Espaço Cultural Latino Americano (ECLA). A concentração para o ato de hoje começou às 9h, com uma missa na Catedral da Praça da Sé, na região central de São Paulo.

Como primeira demonstração do dia, indígenas, imigrantes, moradores de rua, trabalhadores e jovens se reuniram na Catedral da Sé para rezar por mais justiça e a efetivação de direitos. "Chega de violência e extermínio de jovens pobres, que além de matar aumenta a população de presos, como acontece nos últimos 20 anos. Aqui se quer a privatização presídios, cujo negócio é prender, e se constroem mais presídios do que escolas", disse dom Milton Kenan Júnior, bispo auxiliar da Brasilândia, durante a missa.

CONT.



Em oração, o religioso pediu perdão pelas casas, comunidades e organizações que não praticam a democracia e reproduzem a lógica do poder de cima para baixo, e clamou pela consolidação da justiça. O teólogo concluiu sua mensagem reafirmando a importância de comparecer às urnas e votar nas eleições de 2014. "É preciso eleger aqueles que nos escutam e nos deixam participar das decisões, nos dando voz nos estados, nas casas legislativas, nos palácios."

Nas ruas

Ainda que a inspiração do tema central do ato tenha sido as manifestações que tomaram as ruas a partir da metade do ano passado, as reivindicações do Grito revolvem a vida daqueles que sempre estiveram nelas.

"Nosso grito não é por abrigo apenas, mas por políticas de inclusão, oportunidade de trabalho, educação", disse Renivaldo da Silva Santos, militante do Movimento de População de Rua. "Como sempre discutimos em nossos congressos, precisamos ter condições de capacitar essa população para lutar por seus direitos, para não ser enganada por muitos assistentes sociais que ainda pensam que todo mundo em situação de rua é burro, drogado, e não pessoas que passam por desequilíbrios momentâneos que acabam empurrando pras ruas".

Renner, como é conhecido, sabe bem sobre o que está falando. Aos 7 anos foi morar nas ruas pela primeira vez, por causa de problemas na família. Alternou períodos de estabilidade, inclusive profissional, tendo trabalhado como operador de máquinas em uma das maiores construtoras brasileiras, com bom salário, em épocas em que não conseguiu reunir condições para se manter longe das drogas e das ruas.

"Limpo" do vício de cocaína há dois anos, passou a dedicar-se à militância no movimento, no qual foi acumulando aprendizado e experiências. Hoje trabalha para mostrar aos moradores de rua que é possível lutar pela auto estima, por direitos e por uma vida melhor. Aos 26 anos, se diz realizado no movimento como nunca se sentiu antes e segue engajado. "Precisamos nos organizar, lutar para mudar as leis feitas por pessoas que não olham para os mais pobres. Tenho esperança de que vamos conseguir mudar as estruturas, as leis, o Judiciário".

Janaína Gomes, 21 anos, estudante de Lazer e Turismo na USP Leste, também se juntou a outro que, como ela, enxergam na mobilização o caminho para a efetivação dos direitos. Militante da Pastoral da Juventude desde os 15 anos e professora voluntária no Cursinho Comunitário Pimentas, do bairro de mesmo nome em Guarulhos, onde se preparou para o vestibular, ela discorda da propalada alienação da juventude nos dias de hoje.

"Os jovens estão empenhados, mobilizados, por mais que digam que não. Prova disso são as manifestações que eles começaram no ano passado. E o plebiscito nada mais é do que fruto daquelas manifestações", disse.

Para ela, é preciso reformar a política para melhorar o país. "A maior parte da população não ocupa lugar nas casas legislativas, ocupadas em sua maioria por fazendeiros, gente da elite. A maioria da população, e os jovens, não estão representados", disse Janaína, para quem o Grito dos Excluídos é uma oportunidade de voz a essas populações e também oportunidade de

CONT.



encontro com outros movimentos. "É quando vemos que não estamos sozinhos na luta".

Este domingo teve ainda as últimas atividades de rua do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva para a reforma política, campanha organizada por 400 entidades e que espera reunir 10 milhões de votos em todo o país. A cédula, que pode ser preenchida e enviada pela internet, pergunta "sim" ou "não" pela realização de uma mudança no sistema político brasileiro que institua o financiamento público de campanha e medidas de melhoria da representatividade do Poder Legislativo.

Ameaça à terra indígena

Após a missa, indígenas de diversas etnias dançaram e cantaram para reafirmar sua posição contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere a competência da União para o Congresso sobre a demarcação das terras indígenas. "A garantia ao direito às terras da gente é a questão mais urgente para as diversas etnias aqui representadas", disse Avani Fulni-Ô, da etnia Fulni-Ô, de Águas Belas, interior de Pernambuco. Ava, como é conhecida, está em São Paulo há 26 anos e integra o movimento indígena na cidade e no estado.

"Ocupar as ruas é nosso direito. Vamos ocupar por liberdade e nossos direitos. Nós, Kaembé, Fulni-Ô, Wassu Cocal, Pataxós, vamos lutar. Nossa luta continua sendo o sonho pela demarcação de nossa terra. Sem a terra, nossa mãe, não há vida, projeto comunitário nem esperança. Essa PEC vai paralisar nossas lutas pelo direito à terra", afirmou Indio Salvador Kaimbé, da etnia Kaimbé, do sertão da Bahia, região onde entre 1896 e 1897 ocorreu a Guerra de Canudos.

Da etnia Pankararus, Jarbas e Luis acabaram expulsos de sua aldeia em Brejo dos Padres, a 240 quilômetros de Recife, pelas obras para construção de uma usina das Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). "Invadiram nossas terras e nos expulsaram retirando de nós as condições para continuarmos vivendo. Tem uma reserva lá, mas faltam condições de saúde, educação e oportunidades", disse Luis, que mora atualmente no Embu das Artes, na Grande São Paulo.

Jarbas, morador do centro da capital paulista, reclama do preconceito que enfrenta e da falta de oportunidades. "A luta é também por trabalho, por apoio aqui na cidade", disse.



Milícia armada da Reserva Indígena mata adolescente de 14 anos

SÍTIO O PROGRESSO, 07.09.2014

Criada para garantir a segurança de indígenas, milícia é apontada pelos moradores como violenta; no sábado um adolescente foi assassinado

Uma milícia armada, que está presente nas aldeias indígenas de Dourados, surgiu da necessidade de levar ordem e segurança aos moradores da Jaguapiru e Bororó. E tem conseguido êxito em deter e prender ladrões e traficantes que agem dentro da aldeia. De todos os casos graves que acontecem nas aldeias, 90% dos casos são elucidados pela milícia e depois entregues à polícia.

Porém, no último sábado, a ação dos milicianos extrapolou e causou a morte de um adolescente de 14 anos, de forma violenta. A primeira registrada. A Força Nacional de Segurança foi acusada pela comunidade indígena de ser omissa e, por isso, a necessidade do grupo armado.

Por volta das 20h de sábado(6), o adolescente Tiago Ortiz Machado, 14 anos, foi assassinado com um tiro na cabeça. O acusado, Celso Savala, 50 anos, da Aldeia Bororó, foi preso pela Polícia Civil. A polícia prendeu o acusado, que faz parte de uma milícia constituída por indígenas para manter a segurança da aldeia. Outros dois indígenas que estavam presentes no momento do crime também foram ouvidos.

De acordo com a polícia, a vítima e o irmão caminhavam por uma estrada da aldeia, quando, próximo a uma escola, foram abordados pelos milicianos, que tentaram revista-los. A vítima se negou e, segundo a versão do acusado, a vítima pegou uma corrente e tentou agredi-lo.

Celso, que estava armado com um revólver calibre 32, disse que efetuou um tiro para o alto e mesmo assim a vítima tentou agredi-lo com a corrente. O miliciano disparou mais um tiro, que acertou a cabeça do menor, que morreu na hora.

A Polícia Civil foi ao local, acompanhada de quatro viaturas da Força Nacional, e tomou diversas medidas preventivas para conter a população que ficou extremamente revoltada pela insegurança causada pela falta de apoio policial.

Nas redes sociais no final de semana, surgiram vários comentários falando da ação dos milicianos e, principalmente, de Celso, que já tem um histórico violento e teria agredido um outro adolescente poucos dias atrás. Um vídeo circula nas redes sociais mostrando a violência do miliciano. Denúncias de moradores junto ao O PROGRESSO dão conta que Celso é apontado como um dos milicianos que agredem moradores das aldeias sem motivos.

Uma moradora, que pediu sigilo de seu nome, disse que essa não seria a primeira vez que Celso estaria envolvido em ações violentas na Reserva.

CONT.



Um outro agravante é o fato dos milicianos portarem armas sem registro ou mesmo terem porte de arma. Além de colete, cacetete e algemas, a violência da abordagem sempre é uma constante.

Revolta

Segundo os moradores, de forma violenta e autoritária, os 'seguranças' fazem revista, blitz e agridem aqueles que não obedecem às leis da comunidade, ditadas pelos próprios justiceiros que foram formados sem qualquer aceite da comunidade, segundo disseram os moradores. Trajando colete de segurança, cassetete e armas, eles se defendem afirmando que apenas fazem o trabalho que é dever da Força Nacional que está sendo paga para ajudar na segurança dos indígenas.

Líderes indígenas, que também pediram anonimato, disseram que "se a Força Nacional fizesse um trabalho ostensivo e preventivo, talvez isso não tivesse acontecido". Celso Savala foi levado até a delegacia de Polícia Civil e acabou sendo autuado em flagrante por homicídio.



Em Goiás, Mais Médicos não chega aos quilombolas

SÍTIO O GLOBO, 07.09.2014

Famílias kalungas viajam no mínimo quatro horas para ter atendimento

CAVALCANTE (GO) - No Vão de Almas, Eduardo Fernando da Cunha foi dado como morto. O trabalhador rural está recluso, passa os dias e as noites agachado numa cabana de adobe e palha, num isolamento que chegou a ser confundido com a morte. Ninguém sabe o que ele tem — o aparente transtorno mental e os relatos de dores físicas já duram 14 de seus 60 anos. Nunca houve um diagnóstico. A medicina não chega ao Vão de Almas. Faz seis anos que Eduardo esteve com um médico, no consultório de uma cidade a mais de 500 quilômetros dali.

— Uma vez, no banco, não quiseram pagar a aposentadoria dele. Acharam que ele já tinha morrido — diz um de seus irmãos, Benedito, de 50 anos.

Vão de Almas está encravada numa região montanhosa, de difícil acesso, a 90 quilômetros da pequena cidade de Cavalcante, uma das mais pobres de Goiás. O povoado é um dos que abrigam as famílias kalungas, a comunidade quilombola que ocupa o maior território no país. São oito mil pessoas que carregam as tradições de escravos fugidos da opressão.

Os kalungas foram privados de assistência em saúde básica, historicamente. Há um ano, o Mais Médicos chegou à região. Dois médicos cubanos e uma brasileira passaram a atender em Cavalcante. Mas, até agora, o Mais Médicos não chegou às comunidades quilombolas. A atuação dos médicos se restringe aos dois postos de saúde do município. Os kalungas precisam de um pau-de-arara para buscar atendimento médico em Cavalcante. E exames médicos simples, pelo SUS, só são obtidos na capital do estado. Goiânia está a 520 quilômetros de Cavalcante.

No início do programa, a presidente Dilma Rousseff prometeu prioridade às comunidades quilombolas. Ela chegou a anunciar março deste ano como limite para que todos os quilombos fossem incluídos no Mais Médicos. Os kalungas ainda estão à margem.

A cada pré-natal, R\$ 100

Para buscar atendimento médico em Cavalcante, são quatro horas em cima de um caminhão. O Vão do Moleque, onde vivem 350 famílias, é ainda mais distante: 120 quilômetros, ou seis horas numa carroceria coberta com lona. Uma vez por mês, um caminhão da prefeitura faz o percurso de graça. Até cem pessoas se espremem por um lugar.

Publicidade

Nesses paus-de-arara, as mulheres grávidas estão sempre presentes. Elas vão atrás de exame pré-natal na cidade. Domingas Francisco Rodrigues, de 44 anos, está grávida de seis meses do

CONT.



oitavo filho. Com o marido e o filho de 5 anos, ela aguardava o caminhão para chegar em casa. A cada pré-natal, o casal gasta R\$ 100 com transporte.

O agente de saúde de Vão de Almas, Anísio Pereira Dias, de 53, resume a rotina dos kalungas:

— Médico aqui não vem. A gente costuma falar que a pessoa só vai ao hospital quando já é para levar o defunto. E na unidade de saúde falta tudo. Exame, prevenção, raios-X.

A comunidade kalunga do Engenho 2, que fica a 26 quilômetros de Cavalcante, tem um posto de saúde. Uma placa do governo federal sinaliza que a unidade deveria ter sido reformada até junho deste ano. Nem a reforma ocorreu nem as portas do postinho estão abertas.

A ideia inicial era que um profissional do Mais Médicos desse expediente no Engenho 2, onde vivem 120 famílias, duas vezes por semana. Nos últimos dois meses, ocorreu apenas uma visita. Com a unidade fechada, as fichas dos pacientes ficam retidas, o que dificulta o atendimento na cidade.

Faltam exames básicos

Poucos recursos. Leopoldo Maia, com o filho Francisco, que está há 16 anos numa cama, após AVC - Jorge William / O Globo

Francisco Maia, de 57 anos, está há 16 anos numa cama, sem o movimento das pernas e com um limitado movimento das mãos, por conta de um acidente vascular cerebral (AVC). Tem a companhia do pai, Leopoldo Maia, de 85, o seu Lió. Ele conta que o filho só melhorou depois de procurarem um curandeiro em Campos Belos, a 130 quilômetros de Cavalcante. A receita do curandeiro foi um punhado de ervas medicinais e não comer carne de porco e de gado. Seu Lió acha que o filho está melhor:

Publicidade

— O recurso na cidade é pouco. A gente precisa ir para fora. Os hospitais de Goiânia e de Brasília nunca deram jeito. Ele só arranjou melhora em Campos Belos.

Um dos médicos cubanos é Livan Curbelo, de 45, há dez meses em Cavalcante. Ele conta que a falta de exames básicos é problema comum a diferentes regiões onde o Mais Médicos chega.

— Essas comunidades são muito isoladas. As carências são muito fortes nos lugares mais intrincados — diz Livan.



Terras do exército serão transferidas à Funai para assentar indígenas da etnia Terena
SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 07.09.2014

Com esta vistoria, o MPF poderá finalizar o processo de cessão das terras a FUNAI. O Exército regulariza a questão de forma legal e definitiva, proporcionando aos Terena a construção de uma aldeia que poderá, desde já, abrigar aquela Comunidade.

O Exército Brasileiro, representado pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva, promove cessão de lotes à famílias indígenas da Comunidade Terena na área rural do município de Vilhena-RO.

Após várias reuniões conjuntas entre o Exército, a Funai, o Ministério Público Federal(MPF) e representantes dos índios Terenas, com o intuito de legalizar a presença de integrantes desta etnia em terras da União afetadas ao Exército Brasileiro, foi realizada, no dia 04 de Setembro, uma vistoria in loco, cumprindo mais uma etapa para a transferência dos lotes 42 e 43, localizados na gleba Ique, para a Funai. Nesta oportunidade foram verificadas in loco as áreas que serão cedidas aos indígenas atendendo aos anseios da Comunidade Terena.

Com esta vistoria, o MPF poderá finalizar o processo de cessão das terras a FUNAI. O Exército regulariza a questão de forma legal e definitiva, proporcionando aos Terena a construção de uma aldeia que poderá, desde já, abrigar aquela Comunidade.



Votos serão transmitidos via satélite em mais de 1,2 mil localidades remotas

SÍTIO TNH1, 08.09.2014

Quando o assunto é eleição, é nos locais mais remotos do país que a Justiça Eleitoral investe mais tecnologia. Quanto mais longe dos grandes centros é a localidade, mais rápida é a totalização dos resultados de um pleito. Isso porque, como além da transparência e da segurança, a celeridade no processo eleitoral é uma das metas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estabeleceu-se que nas áreas distantes, cujos percursos levam mais de três horas, os dados das urnas eletrônicas para a totalização dos votos devem ser transmitidos via satélite.

Nas eleições de outubro, a tecnologia alcançará 1.269 localidades remotas em 380 municípios de 16 estados (Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rondônia, Roraima e Tocantins). Utilizada desde as eleições municipais de 2008, a transmissão via satélite é feita nas seções eleitorais instaladas em aldeias, terras e reservas indígenas, seringais, comunidades ribeirinhas, colônias, quilombos, assentamentos, zonas rurais e vilarejos isolados.

Os locais que contam com essa tecnologia foram escolhidos em virtude da distância, do difícil acesso e da escassez ou inexistência de sistemas capazes de promover comunicação rápida e de qualidade. Diversos desses locais, em certas épocas do ano, tornam-se intransitáveis, seja por terra ou água. Para se chegar a muitos deles, é necessário utilizar vários meios de transporte, como barco, voadeira, helicóptero e cavalo, levando até mesmo dias.

Nessas localidades, no dia da eleição, os votos computados pela urna eletrônica serão enviados via satélite para o Tribunal Regional Eleitoral de cada estado. A partir daí os dados entrarão em uma rede de comunicação de uso restrito, não conectada à internet, e serão recebidos e totalizados. A Justiça Eleitoral então fará um check list e totalizará os resultados para então serem divulgados.

O estado com mais localidades que contarão com a transmissão de votos via satélite é o Amazonas, com 380 áreas. Sem a tecnologia, em alguns locais do estado, a totalização dos resultados levaria dias. Para se ter uma ideia, para chegar a Foz de Canumã, no município de Borba, leva-se oito horas de barco, mais uma hora de ônibus, 10 minutos de rabeta (tipo de barco com motor e hélice traseira), e duas horas de voadeira. O percurso até o Seringal Metaripuí, no Rio Purus, em Lábrea, demora seis dias de barco.

O Pará é o segundo estado com mais locais que receberão a tecnologia para as eleições. Serão, ao todo, 337 áreas. Em seguida, vem Mato Grosso, com 90, Piauí, com 86, e Maranhão, com 80.



No programa Repórter do Povo e a Municipalidade Rubens Astolfi destaca questões ambientais no município

SÍTIO RÁDIO UIRAPURÚ, 00.00.2013

Com dificuldades para transformar Passo Fundo em uma cidade mais limpa, medidas de conscientização e fiscalização são tomadas pelo Poder Público Municipal

Passo Fundo é um município que vem adequando-se nas questões ambientais. O assunto, ainda muito novo, inclusive as suas legislações, já desperta conscientização em muitas pessoas.

Para auxiliar nesse sentido, a Secretaria do Meio Ambiente de Passo Fundo trabalha com projetos de prevenção e conscientização da população passo-fundense. O Secretário Adjunto, Rubens Astolfi falou sobre alguns Projetos da Secretaria e do Poder Público Municipal para atender às demandas, principalmente em relação aos resíduos sólidos domésticos e ao Rio Passo Fundo.

Com dificuldades para transformar Passo Fundo em uma cidade mais limpa, medidas de conscientização e fiscalização são tomadas pelo Poder Público Municipal. De acordo com Astolfi, quando identificado o caso de destinação inadequada de resíduos sólidos, é efetuada multa ao infrator, ou proprietário do terreno, que é o responsável por ele. Porém, segundo ele, existe muita dificuldade de identificação.

Rubens Astolfi ressaltou os cuidados tomados com o Rio Passo Fundo. A implantação de containers nas comunidades ribeirinhas e a instalação de barreiras de contenção de lixo, recolhidos mensalmente, fazem parte das medidas tomadas para viabilizar a limpeza do arroio.

Além de trabalhos de educação ambiental, realizados principalmente nas residências ribeirinhas. Segundo Astolfi, os parâmetros químicos obtidos em duas coletas de água, em cinco pontos do Rio Passo Fundo, apontam que o principal contaminante da água é o esgoto doméstico sem tratamento.



Povos indígenas são excluídos das políticas públicas

SÍTIO PORTAL BARÉ, 08.09.2014

Ausentes nas propostas apresentadas na propaganda eleitoral na TV e no rádio, os povos indígenas estão praticamente invisíveis também nos planos de governo dos postulantes a governar o Estado a partir de 2015. Dos sete candidatos, apenas dois, e de forma tímida, falam em políticas públicas voltadas para os indígenas.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), atualmente 183.514 índios vivem no Amazonas, o que representa 5,27% da população do Estado.

Dos sete candidatos ao Governo do Amazonas, apenas Eduardo Braga (PMDB) e José Melo (Pros) esboçam planos para os povos indígenas. Candidato pela coligação "Renovação e Experiência", Braga trata dos povos indígenas ao falar das propostas dele para a "educação e geração de emprego".

Entre as diretrizes de governo do peemedebista estão: a implantação de Programa de Merenda Escolar Regional Diferenciada para escolas indígenas, criação do Centro de Educação Superior Indígena, no Alto Solimões, e a geração de emprego e renda, com projetos econômicos agroflorestais, de artesanato, de pesca e piscicultura.

O governador José Melo, candidato à reeleição pela coligação "Fazendo Mais por Nossa Gente", pretende estruturar o "Programa de Agricultura Indígena" e desenvolver propostas pedagógicas direcionada à educação indígena, valorizando práticas sócio culturais.

Ainda assim, os Planos de Governo estão longe de ser suficiente. Para o coordenador da Central Intercultural de Etnodesenvolvimento do Amazonas (Rapu), Aldenor Tikuna, é de causar indignação, com todo o histórico que tem Manaus, por ficar num Estado onde há a maior concentração da população indígena no Brasil (15,45%), que ainda não se tenha implementado programas que atendam as necessidades básicas desta população, como direito à terra e causas sociais, que seguem esquecidas pelas autoridades locais.

As lideranças chegaram a formular uma proposta de políticas públicas – englobando uma série de tópicos, como cultura, educação, saúde, entre outros – e apresentaram na Assembleia Legislativa (Aleam). Mas, segundo Aldenor, as propostas não contaram com o apoio do Poder Público local. "O movimento está enfraquecido, não fomos chamados pelos governos para tratar de propostas e o que existe são "falsos" programas de governo", disse Aldenor, que também é mestre em Sociedade e Cultura.

Mudanças sociais

Segundo um dos representantes da Terra Indígena Vale do Javari, no Alto Solimões, e

CONT.



candidato a deputado estadual Eliésio Marubo (PV), o movimento indígena nos moldes atuais já não cumpre com sua prerrogativa de representação política entre os povos indígenas no Brasil, “em face das mudanças políticas e sociais ocorridas nas últimas décadas na sociedade não-indígena e da política partidária, fonte de consolidação da política indígena nos centros urbanos”.

Para Eliésio, o modelo atual, além de frágil e desalinhado com as demandas das comunidades e povos locais, abre espaço para a auto promoção de “representantes ou lideranças” estranhas aos interesses teleológicos da verdadeira causa indígena.

Governo investiu R\$ 10 milhões

Nos dois últimos anos, mais de R\$ 10 milhões foram aplicados pelo Governo Estadual em ações direcionadas aos mais de 150 mil indígenas do Amazonas, segundo balanço divulgado pela Secretaria para os Povos Indígenas (Seind).

Os recursos são partilhados com o Governo Federal. Desde 2011, as ações são desenvolvidas através de um comitê gestor que envolve todas as secretarias de Estado, o que amplia o volume e a capacidade de investimentos para o setor.

De acordo com o secretário da Seind, Bonifácio Baniwa, entre os principais avanços está o fomento às atividades sustentáveis, com exploração de produtos naturais com forte aceitação no mercado como a castanha e o peixe.

Para a gestão territorial das terras indígenas, a Seind está negociando um projeto com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia, para trabalhar a gestão da terra em 15 municípios do Sul do Estado. A CRÍTICA tentou entrar em contato com a Funai e a Coiab para tratar do assunto, mas não obteve resposta.

Conquista

Uma das últimas conquistas da população indígena na política foi a criação, em 2006, da CNPI – Comissão Nacional de Política Indigenista, que instituiu um foro de discussão, com os próprios índios, a respeito da elaboração de políticas públicas federais para a classe indígena. Da época para cá, nenhum projeto avançou.

Blog: Ademir Ramos, antropólogo e professor da Ufam

“A saúde é um dos maiores problemas dos povos indígenas. Criou-se a Sesai e, posteriormente, uma Ong que não age e agora estão tentando criar um Instituto para tentar amenizar o problema que se tornou um caos nas aldeias e, detalhe, sem ouvir os representantes indígenas. Ninguém monitora as terras e cria projetos. Os indígenas vêm perdendo cada vez mais espaço, está na hora de os governantes chamarem para si a responsabilidade e aplicar políticas públicas para os indígenas.

Chegamos ao ponto de os Ticunas, no Alto Solimões, cultivarem “folha de coca” para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 158 / 2014

Brasília, 08 de setembro de 2014.

chamarem atenção das autoridades, e na oportunidade reivindicarem melhorias para a comunidade. Estes povos só querem ter o direito que assiste a todos”.



Boletim de Notícias - Edição nº 158 / 2014

Brasília, 08 de setembro de 2014.

Força Nacional apreende arma de fogo na Reserva Indígena de Dourados

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 08.09.2014

Três pessoas foram detidas e conduzidas para a delegacia

Policiais da Força Nacional de Segurança apreenderam uma arma de fogo em posse de três jovens, neste final de semana em Dourados (MS).

Os três suspeitos foram conduzidos para a Delegacia de Polícia Civil de Dourados, onde foram autuados por posse ilegal de arma de fogo.

O revólver foi encontrado com o trio na Reserva Indígena de Dourados, após abordagem da Força Nacional.



Voto Ético

SÍTIO FONTE BRASIL, 08.09.2014

O presidente em exercício do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR), desembargador Mauro Campello, reuniu-se na manhã do último dia 5, no plenário da instituição, com lideranças das etnias ingaricó e macuxi, para discutir a ética e a inclusão dos indígenas no processo eleitoral. Participaram do encontro o coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, juiz Marlon Jacinto Reis, o procurador regional eleitoral Igor Miranda, além do membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Oneildo Ferreira.

Campello explicou que Roraima possui o maior índice populacional de índios no Brasil e o evento serviu para reunir lideranças indígenas do Estado a fim de ouvir os principais anseios dessa parcela significativa da sociedade. Ele destacou a presença do juiz de direito Marlon Jacinto Reis, do Estado do Maranhão, que vem desenvolvendo um trabalho de combate à corrupção eleitoral, especialmente porque foi o idealizador da Lei da Ficha Limpa.

“A Justiça Eleitoral dá esse grande passo, não só criando novas seções eleitorais de difícil acesso, como também qualificando esse voto e explicando como funciona o processo eleitoral. Nosso foco é disseminar sempre a ideia de que o voto não deve ser vendido e representa um instrumento de transformação de melhoria de vida das comunidades indígenas”, ressaltou.

Na análise do coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, juiz Marlon Jacinto Reis, o principal objetivo do encontro não foi somente falar sobre a necessidade da evolução das normas eleitorais, mas fundamentalmente ouvir as representações indígenas sobre os desafios enfrentados.

“Os líderes falaram sobre as dificuldades de organização política e o impacto do poder econômico nas eleições. É uma aproximação que terão desdobramentos futuros. Nossa proposta é integrar os indígenas na luta pela reforma política, para poder assegurar a presença de todos nessa grande mesa, que é o parlamento. Lançamos aqui a semente de um amplo diálogo com a finalidade de unir as instituições, incluindo a sociedade civil e as comunidades indígenas, num grande debate”, salientou.

Para o coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Ivaldo André, o evento foi importante para esclarecer alguns pontos referentes ao processo eleitoral. “Esse conhecimento é fundamental para que no futuro nós possamos ter nossos representantes políticos, sabendo que temos que ter um voto ético, limpo e esclarecido. Alguns já estão se envolvendo, mas para a maioria ainda não é muito claro qual a importância do voto consciente. Nós como líderes, exercemos importante papel no sentido de repassar essas informações para a população indígena. Só assim, poderemos avançar na luta pelos nossos direitos”, disse.

O líder Dilson Ingaricó lembrou que é primordial que a Justiça Eleitoral leve essas informações educacionais para as populações indígenas a fim de fortalecer a democracia no processo de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 158 / 2014

Brasília, 08 de setembro de 2014.

desenvolvimento. “A partir dessa discussão, os indígenas terão mais conhecimentos para escolher melhor seus representantes dentro do Estado e dentro da Federação brasileira”, comentou.



Indígenas presentes na agenda de desenvolvimento da ONU

SÍTIO ENVOLVERDE, 08.09.2014

Nações Unidas, 8/9/2014 – Representantes dos 370 milhões de indígenas do planeta asseguraram que foram excluídos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e agora querem ter um papel importante na agenda de desenvolvimento pós-2015 da Organização das Nações Unidas (ONU), que será definida no próximo ano.

“O mundo ainda pode se beneficiar de nosso conhecimento e nos incluir na travessia dos próximos 15 anos. E queremos que esta seja uma associação equitativa, não queremos ser os beneficiários”, afirmou Galina Angarova, representante em Nova York da Fundação Tebtebba (Centro Internacional dos Povos Indígenas para a Pesquisa sobre Políticas e Educação).

Em seu discurso, no dia 29 de agosto, na sessão de encerramento da conferência das organizações não governamentais patrocinada pelo Departamento de Informação Pública (DIP) da ONU, Angarova destacou a necessidade de incluir os grupos excluídos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nas negociações em curso para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que substituirão os primeiros no final de 2015.

Os povos indígenas continuam lutando por seu direito à autodeterminação, que ainda não é uma realidade apesar de terem amparo nesse sentido na Declaração da ONU dos Direitos dos Povos Indígenas (2007), acrescentou.

A declaração final da conferência DIP-ONG, que foi redigida e modificada em um processo participativo nos últimos meses, será incorporada à discussão sobre a agenda pós-2015 e os ODS na Assembleia Geral da primeira Conferência Mundial dos Povos Indígenas, que acontecerá nos dias 22 e 23 deste mês, e ao informe de síntese do secretário-geral das Nações Unidas que será publicado nos próximos meses.

Embora esta declaração não seja juridicamente vinculante, é sólida em termos de prestação de contas e dos mecanismos de exame, que são pontos fundamentais dos ODS. “O fato de o documento de referência se basear nas posições apresentadas oficialmente pelos principais grupos e atores da ONU lhe dá uma voz muito forte”, destacou à IPS Maruxa Cardama, copresidente do comitê redator da declaração final da conferência. “Creio que este documento pode nos levar muito longe se entendermos o poder da lei e da política moderadas”, acrescentou.

A conferência DIP-ONG deste ano foi a 65ª e regressou a Nova York depois de sete anos, com uma participação inédita de 2.700 representantes de mais de mil ONGs de todo o mundo. Entre os presentes, as organizações indígenas argumentaram com convicção a favor de sua inclusão na agenda de desenvolvimento.

Os territórios dos povos indígenas representam 24% do planeta e abrigam 80% da

CONT.



biodiversidade do mundo, pontuou Angarova. “Muitas empresas se fixam nesses territórios pensando em seu lucro futuro. Por isso acreditamos que o consentimento prévio, livre e informado é a essencial. Porque, sem ele, as empresas têm a liberdade de se apoderarem das terras e explorá-las”, afirmou à IPS. Em seguida, os povos indígenas são jogados na sociedade majoritária sem os meios para sobreviverem, ressaltou.

Por outro lado, os defensores e os representantes dos povos indígenas dizem que estes deveriam ser capazes de dar seu consentimento a toda reforma que direta ou indiretamente repercuta na governabilidade de sua comunidade ou na exploração das terras que habitam. “Isto deve ser feito em todos os níveis, a partir dos programas de desenvolvimento sustentável. Depois os governos nacionais devem derivar o mandato a partir da ONU, desde o nível multilateral até os planos de governo nacionais”, opinou Angarova.

Aproveitar essas políticas para cumprir os objetivos de desenvolvimento de redução da fome e alcançar a segurança alimentar também tem um grande potencial. Segundo Angarova, os povos indígenas vivem de forma sustentável há séculos e transmitiram seus conhecimentos de geração em geração, alimentando sua população sem prejudicar a natureza. Essa é uma das razões de a proteção de sua cultura ser fundamental.

“A soberania alimentar, com enfoque nos direitos e na cultura que engloba, é um requisito prévio para a segurança alimentar dos povos indígenas”, afirmou Andrea Carmen, diretora-executiva do Conselho Internacional de Tratados Indígenas. Essas comunidades devem ter acesso aos recursos naturais e também devem ter a garantia de que o plano de estudos de seus filhos inclua a educação tradicional.

As crianças devem passar tempos com os anciãos para aprender sobre o ciclo da vida, a natureza, a colheita e a agricultura. O desafio agora é preservar esse conhecimento e transmiti-lo. “O conhecimento e a compreensão que temos é realmente vital. Talvez o mundo recorra aos povos indígenas e pergunte de maneira respeitosa como se pode cultivar milho sem água”, ponderou Carmen.

Myrna Cunningham, presidente do Centro para a Autonomia e o Desenvolvimento dos Povos Indígenas, da Nicarágua, afirmou que os povos indígenas não são pobres por sua própria vontade, mas empobreceram como consequência do modelo de desenvolvimento que lhes foi imposto. Por exemplo, nos últimos cem anos se perderam cerca de 600 línguas indígenas, aproximadamente uma a cada dois meses. Como o idioma é parte da biodiversidade das comunidades indígenas, seu desaparecimento implica um golpe contra ela mesma. Isto está necessariamente vinculado a uma mudança em sua relação com o mundo.

Carmen explicou à IPS que não há uma tradução em línguas indígenas para conceitos como “propriedade intelectual” ou “direitos humanos”, por exemplo, e que devem ser importados de uma cultura diferente. Assim, muitas coisas se perdem, literalmente, com a tradução. Os modelos de outras línguas e culturas se impuseram durante séculos a uma realidade que era vista de forma diferente. É hora de reexaminar esse modelo, enquanto o mundo se prepara para uma década de desenvolvimento inclusivo e sustentável. Envolverde/IPS

(IPS)



Indígenas ashaninka são assassinados na fronteira

SÍTIO TERRA MAGAZINE, 08.09.2014

Quatro líderes indígenas da Comunidade Nativa Alto Tamaya–Saweto, no Peru, foram assassinados a balas na segunda-feira (1) quando se deslocavam dentro da floresta com destino a aldeia Apiwtxa, no Brasil, na fronteira dos dois países. Comunicada das mortes neste domingo (7), a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, prometeu “tentar acionar” a Polícia Federal em Brasília.

Os indígenas Edwin Chota Valera, Jorge Ríos Pérez, Leoncio Quinticima Melendez e Francisco Pinedo, da etnia ashaninka, participariam de uma reunião com as lideranças brasileiras da mesma etnia sobre estratégias de continuidade de ações de vigilância e fiscalização da fronteira, para impedir a ação de narcotraficantes e de madeireiras, que exploram ilegalmente a região.

O líder indígena peruano Robert Guimarães Vásquez relatou que as vítimas foram assassinadas diante de vizinhos da comunidade de Saweto, na região de Ucayali, cuja capital é Pucalpa, como vingança de madeireiros cujas atividades ilegais foram denunciadas às autoridades pelos ashaninka.

- Os delinquentes agarraram as vítimas, as amarraram e balearam no campo desportivo – contou Vásquez.

Além de participar do movimento contra madeireiros e narcotraficantes que estão instalados na fronteira, os índios lutavam para demarcar sua terra no Rio Tamyá, no Peru. Eles integravam um grupo de trabalho transfronteiriço, compostos por organizações indigenistas, ambientalistas e indígenas, pela proteção dos povos indígenas contactados e sem contatos na fronteira do Acre.

No domingo, Francisco Pyãko, um dos líderes ashaninka do lado brasileiro da fronteira, enviou à presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, mensagem relatando que os indígenas não tem dúvidas de que as mortes foram uma reação de traficantes e madeireiros tentando manter-se na região. Piyãko disse que o povo Ashaninka do Amônia, no Acre, não vai se intimidar e cobrou das autoridades brasileiras e peruanas a imediata apuração no caso. A presidente da Funai prometeu acionar a Polícia Federal.

- Esses assassinatos fazem parte da ofensiva contra o movimento de lideranças que não aceita a presença de narcotraficantes e madeireiros na região. As lideranças se uniram contra as invasões de madeireiros e narcotraficantes peruanos nos dois lados da fronteira – disse Francisco Pyãko, um dos líderes Ashaninka, que ocupa cargo de diretor na secretaria estadual de Planejamento do governo do Acre.

Segundo a organização não-governamental Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), a “terrível
CONT.



notícia foi divulgada por radiofonia, cinco dias depois do ocorrido, quando do retorno do restante dos integrantes a aldeia de partida – Saweto, dadas as dificuldades de comunicação”.

A CPI-AC relatou que a situação de insegurança das comunidades ashaninka e de outros povos indígenas na fronteira Brasil-Peru tem sido agravada após a mobilização de esforços conjuntos entre suas lideranças para deter as investidas de grupos criminosos sobre os seus territórios. Os ashaninka buscam apoio de organizações de defesa de direitos indígenas e da sociedade civil em Ucayali, no Peru, e no Acre.

- Esperamos que o Estado peruano apure imediatamente este caso, com rigor, e não deixe se instalar a impunidade, como observado em casos anteriores, de crimes contra os direitos indígenas. Reafirmamos também a necessidade, diversas vezes já expressa, que os governos do Acre e federal respondam as demandas de fiscalização da fronteira, com ações mais contínuas, apoiando as comunidades indígenas que nela habitam e que continuam como atores solitários da defesa do território brasileiro – apelou a CPI-AC em nota.

O indígena Edwin Chota, líder da Comunidade Nativa Alto Tamaya–Sawetoera. Em rede social, a jornalista Maria Emília Coelho disse estar “muito triste e chocada” com a notícia do assassinato dele e de mais três lideranças.

- Eles lutavam muito para demarcar seu território e contra madeireiros e traficantes que estão instalados na região da fronteira Acre-Peru. Tive o prazer de conhecer Edwin Chota em 2012, quando viajamos juntos pelo Rio Amônia, até a aldeia Apiwtxa, do povo Ashaninka, no Brasil. Grande líder e guerreiro do seu povo. Perda enorme. Necessitamos urgente da apuração do caso pelas autoridades competentes no Peru e Brasil – escreveu Maria Emília.

Edwin Chota havia denunciado várias vezes os madeireiros várias vezes as autoridades peruanas. As denúncias não foram apuradas e os madeireiros continuam atuando impunemente no Alto Tamaya.

O líder Isaac Piyãko, da aldeia Apiwtxa, considera que esse é uns dos maiores massacre na região contra o povo ashaninka.

- Sei que luta pela terra terra é uns dos grande motivos. Naquela fronteira vai acontecer mais coisas se não for tomada nenhuma providência. As famílias asheninka do Saweto estavam lutando para sair do trabalho escravo. Agora, com a morte das principais lideranças da comunidade, vai piorar. Feriu a Apiwtxa diretamente. As pessoas mortas, suas famílias, moram na Apiwtxa. Nos vamos até o final, tentar garantir nossa liberdade.

Um funcionário da Funai, que pediu para que seu nome seja omitido, alertou que a preocupação é que os próximos alvos sejam os ashaninka do lado brasileiro.



Cursos no Estado estimulam indígenas ao empreendedorismo, diz entidade

SÍTIO REGIÃO NEWS, 08.09.2014

De acordo com o cacique da aldeia Campestre, Joel Aquino, a perspectiva é de que até 2015 os indígenas iniciem a comercialização dos produtos desenvolvidos nas capacitações

Cursos de capacitação que estão sendo oferecidos a indígenas em Mato Grosso do Sul estão estimulando as comunidades ao empreendedorismo. A avaliação é do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no estado (Senar), após a entrega nesta semana de certificados de conclusão de cursos a índios da etnia guarani-kaiowá, em Antônio João, a 301 quilômetros de Campo Grande.

Em Antônio João, cerca de 130 pessoas, entre indígenas e trabalhadores rurais, participaram dos cursos de produção artesanal de alimentos saudáveis e de beneficiamento caseiro de mandioca. A demanda pelas capacitações partiu do Sindicato Rural do município junto com a cooperativa Raiz da Roça.

De acordo com o cacique da aldeia Campestre e estudante de matemática na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Joel Aquino, a perspectiva é de que até 2015 os indígenas iniciem a comercialização dos produtos desenvolvidos nas capacitações.

“Que essa parceria com Sindicato Rural sirva de exemplo para outros municípios”, destacou o cacique. “A mídia coloca no jornal um cenário de conflito com os produtores rurais, sem apontar o real culpado. O que o índio precisa é de coisas para trabalhar e trabalhamos porque sabemos que o mesmo direito de vocês é nosso também. Agradecemos os cursos do Senar”, comentou

Do Agrodebate



Advogada de MS lança livro sobre biopirataria e povos indígenas

SÍTIO A CRÍTICA/MS, 08.09.2014

A Conselheira Federal e presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), Samia Roges Jordy Barbieri, lança, no dia 25 de setembro, às 15h20, durante a XIII Conferência Estadual dos Advogados, o livro "Biopirataria e povos indígenas". O evento acontece em MS nos dias 24, 25 e 26 de setembro, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, em Campo Grande. Com o tema "Desafios Constitucionais Contemporâneos: Democracia, Justiça e Solidariedade", o encontro é voltado para advogados, juízes, promotores, procuradores, defensores públicos, acadêmicos e toda a sociedade.

A obra da advogada e Conselheira Seccional, que será lançada no Estado no segundo dia de evento, é baseada em sua tese de doutorado, defendida em 2011, e discute a prática da biopirataria, que transforma a biodiversidade em produto, em que são apropriados a cultura, saberes e medicina tradicional dos povos indígenas sem a repartição equitativa dos lucros obtidos com a venda dos produtos. A publicação expõe a existência de dois mundos, onde, de um lado o capitalismo visa o lucro a qualquer preço, de outro, está o patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas.

"É preciso lutar para que os povos indígenas possam participar do desenvolvimento da sociedade mantendo sua identidade cultural preservada, buscando novos mercados consumidores", ressaltou a advogada. Para Samia, a ampliação da venda dos artesanatos e produtos indígenas incentiva a etnossustentabilidade e o etnodesenvolvimento.

Samia Barbieri também é autora do livro Os Direitos Constitucionais dos Índios e o Direito à Diferença, Face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. As duas publicações são editadas pelo Grupo Almedina.

XIII Conferência da OAB/MS

A XIII Conferência Estadual dos Advogados, realizada pela OAB/MS acontece nos dias 24, 25 e 26 de setembro. A palestra de abertura será com o presidente do Conselho Federal da OAB/MS, Marcus Vinícius Furtado Coêlho. O evento reunirá os mais expressivos nomes do Direito Brasileiro, entre eles, Clito Fornaciari Junior, Luiz Rodrigues Wambier, Estevão Mallet, Edilson Mougnot Bonfim, Ana Amélia Menna, Renan Lotufo, Pedro Lenza e Roberto Gomes Caldas.

Os advogados e acadêmicos podem se inscrever pelo site da Conferência pelo endereço conferencia.oabms.org.br. Até o dia 11 de setembro, o investimento para advogado e outros profissionais é de R\$ 100 e para acadêmicos é de 50 reais. As inscrições também podem ser feitas na sede da Seccional ou nas Subseções, no interior do Estado.



PF vai apurar ataque de índios a madeireiros no Maranhão, diz ministro

SÍTIO A TRIBUNA NEWS, 08.09.2014

Imagens mostram indígenas perseguindo e agredindo homens em reserva. Ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) pediu relatório urgente à Funai.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse na última sexta-feira (5) que a Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai) vão apurar o ataque promovido por indígenas da etnia Ka'apor a madeireiros ilegais na reserva Alto Turiaçu, na cidade maranhense de Guilherme.

Imagens divulgadas na última quinta-feira (4) pela agência Reuters mostram índios durante uma operação, realizada em 7 de agosto, destinada a expulsar madeireiros ilegais das terras. As fotos mostram os indígenas correndo atrás dos madeireiros, que foram rendidos e tiveram as mãos amarradas. Alguns tiveram parte das roupas retiradas.

"Tomamos duas medidas. Eu pedi para a Funai um relatório da situação para que possamos ter uma avaliação de segurança da região. E pedi também para que a Polícia Federal apurasse o ocorrido", disse Cardozo após divulgar balanço da operação Brasil Integrado, em Brasília.

Segundo a Reuters, os índios agiram de maneira independente, como forma de protesto contra a falta de assistência do governo para expulsar os madeireiros ilegais de suas terras. A ação acabou com um caminhão queimado e a abordagem de não indígenas envolvidos no desflorestamento. Os guerreiros Ka'apor contaram com a ajuda de outras quatro tribos da região.

Questionado sobre a ausência de funcionários do governo na área, o ministro disse que o Brasil tem "situações muito vastas" e que há "várias operações contra desmatamento" em curso, algumas com apoio das Forças Armadas.

"Mas, evidentemente, temos que estar atentos a todas as situações para que possamos desenvolver ações, a exemplo do que temos feito no Brasil inteiro", respondeu Cardozo.

O ministro disse ter pedido urgência à Funai na elaboração do parecer sobre a situação do local, mas não adiantou que providências poderão ser tomadas.

"Temos que analisar primeiro o relatório, falar com o Ministério Meio Ambiente para verificar o que pode ser feito e melhorar a condição dessas regiões", afirmou.

Em nota, a Funai disse nesta quinta-feira que "tem conhecimento dessas ações e já solicitou apoio policial para evitar que ocorram excessos ou conflitos".

Fonte: G1



Completam 30 dias a prisão do líder da Suiá Missú, Sebastião Prado

SÍTIO AGÊNCIA DA NOTÍCIA, 08.09.2014

Prado que no dia 10 de agosto teve a prisão temporária decretada e continua preso no Centro Presidiário de Goiânia

Ironicamente completou ontem (07-09), 30 dias da prisão do líder da Suiá Missú, Sebastião Prado, ele que presidia associação dos produtores rurais da Suiá Missú (Aprosum) e foi preso em uma operação da Polícia Federal a pedido do Ministério Público Federal no dia 07 de agosto.

Prado que no dia 10 de agosto teve a prisão temporária decretada e continua preso no Centro Presidiário de Goiânia e teve o relaxamento da prisão indeferido pela justiça, alegando que o mesmo lidera os ex-produtores rurais que tentam voltar para a área, sendo assim o mesmo representa ameaça para os índios da Marãiwatsédé.

Pesam sobre Sebastião e demais líderes da Suiá Missú, as acusações de roubo, furto, cárcere privado, e atentado contra a ordem pública, na tentativa de permanecer na área onde hoje é a reserva xavante e foi retirado mais de 7 mil pessoas em 2013, através de uma liminar do Supremo Tribunal Federal.

A justiça insiste em manter preso o líder, enquanto a Associação pede ajuda a todos para os demais associados, pois já não tem mais condições nem mesmo de pagar um advogado. Ainda segundo o blog Questão Indígena, a prisão do Sebastião é uma jogada política e indigenistas.

No dia 29 de agosto, o Cimi divulgou em sua página a íntegra do áudio da conversa entre Sebastião Prado e outro homem. A gravação é parte de investigação ainda em andamento da Polícia Federal.

Em sua defesa Sebastião reitera sua inocência. "Não cometi crime algum, apenas tentei dar voz às pessoas que foram expulsas, aos que estão sem teto e perderam tudo, mas me calaram", desabafa.

De um lado os responsáveis por vazamento de áudio que estão em um processo que corre em segredo de justiça, e não estão sendo punidos, por outro lado temos um homem preso que segundo a Aprosum é um preso político e nenhuma entidade de classe, como a CNA, Sindicatos Rurais, Famato e outras não tem se manifestado. Enquanto isso o a farra do indiginismo e da irresponsabilidade dos que comandam a justiça continuam.



Peças históricas são encontradas em propriedade do Noroeste do ES

SÍTIO JORNAL ENTREVISTA, 08.09.2014

Segundo IPHAN, objetos são fragmentos de urnas funerárias. Peças foram descobertas após as chuvas do fim de 2013.

Peças de cerâmica que podem ter 700 anos foram encontradas em meio a plantações de café, em Mantenópolis, Noroeste do Espírito Santo. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), os objetos são fragmentos de urnas funerárias, depositadas no local por grupos indígenas. As peças foram descobertas depois das fortes chuvas que caíram no estado no final de 2013.

O arqueólogo do IPHAN, Yuri Batalha, falou que o local onde foram encontrados os fragmentos é um dos sítios arqueológicos descobertos em propriedades rurais de Mantenópolis. Segundo ele, as peças podem ter entre 400 e 700 anos. "Possivelmente, colocamos esse material no mesmo grupo de material feito pelo grupo tupi-guarani. Eles produziam o artefato dessa forma", explicou Batalha.

Dois sítios arqueológicos já foram cadastrados pelo IPHAN no município. A primeira descoberta dos fragmentos aconteceu nas terras do produtor rural Luciano Vieira. "Viemos mexer nessa propriedade e começamos a achar essas peças. Quando passávamos para trabalhar, achamos as peças, mas não a vimos inteira. Eu tinha curiosidade de saber o que era, mostrava para ver se alguém sabia de alguma coisa e deixava por lá mesmo. E ninguém guardou nada do que tinha", contou.

As peças que contam a história dos povos indígenas estão em um museu da cidade. Ao todo, já foram catalogados 97 fragmentos de cerâmica. "A partir dos estudos realizados com esse material coletado, nós sabemos que podemos mudar a história desse município e conhecer mais profundo a nossa origem, a origem do município", falou o coordenador do museu, Clébio Saldanha.

Segundo Batalha, um trabalho de pesquisa deve ser solicitado para aprofundar os estudos no local. "Como a gente já identificou dois sítios aqui no município e tem conhecimento de, pelo menos, mais um, posteriormente, a gente pode propor um trabalho de pesquisa aqui para poder, através desse estudo arqueológico, ter uma noção um pouco melhor de como eram as habitações, a vida, o cotidiano desses grupos indígenas que habitaram aqui na região", explicou o arqueólogo.

Quilombo Raça e Classe e MML criticam seriado da Globo "Sexo e as negas"
SÍTIO CSP CONLUTAS, 08.09.2014

Globo, a mulher negra não é um pedaço de carne e nem um objeto



Essa semana a Globo começou a divulgar a nova série que irá ao ar dentro das próximas semanas, "Sexo e as negas". O seriado escrito por Miguel Falabella, vem para parodiar a série americana "Sex and the city".

Ainda sem data de estréia, o seriado tratará da vida de quatro mulheres negras, moradoras do Cordovil no Rio de Janeiro, que trabalham como camareira, operaria, costureira e cozinheira. Mesmo diante da pobreza em que vivem, essas quatro mulheres sonham em encontrar um parceiro sexual e para isso fazem de tudo.

Historicamente, nós, mulheres negras, ocupamos os piores postos de trabalho, fomos arrancadas das senzalas e jogadas nas favelas e periferias como se fôssemos objetos. Somos hiper sexualizadas, marginalizadas e por isso estamos sujeitas aos piores tipos de violência, seja sexual ou física e policial.

O Brasil tem a maior população negra fora do continente africano, mesmo assim, somos

CONT.



invisibilizadas nas novelas, séries e filmes e quando aparecemos somos as domésticas ou uma família pobre que tem o papel de entreter os telespectadores como o núcleo cômico da trama, ou então somos ridicularizadas como é o caso do programa Zorra Total, também da Globo.

O nome "Sexo e as Nega", carrega todo o peso histórico construído pela ideia de que somos objetos, pedaços de carne, prontas para o sexo, seja ele a hora que for. Como se pelo fato de sermos negras, estivéssemos dispostas às vontades dos homens em transar com a gente.

Uma série como essa, não trás visibilidade nenhuma para a população negra e muito menos para as mulheres negras que são escondidas nas séries e novelas globais, muito menos têm como intuito mostrar a situação da população negra nos morros e favelas do país. Essa série não representa as mulheres negras!

Não somos um objeto e nem um pedaço de carne! Não vamos aceitar que mais uma vez se sustente a ideia de que somos objetos prontos para serem utilizados para o sexo! Queremos respeito tanto com os nossos corpos, quanto com as periferias e subúrbios que estão cheios de nós, que somos mulheres negras e trabalhadoras!

A nossa vida está longe de ser regada à alegria e sexo! Nós continuamos morrendo pela polícia, continuamos ocupando os piores postos de trabalho, perdemos nossos filhos todos os dias por conta da violência policial nas periferias. Cada uma de nós tem um pouco de Beth que teve seu companheiro morto pela polícia; cada uma de nós tem um pouco de Cláudia que foi cruelmente arrastada como se fosse um objeto pela polícia. Somos mulheres negras e trabalhadoras, e o nosso cotidiano, diferente do que a Globo tenta pintar, é uma luta constante contra a exploração e a opressão. Nossa luta é por uma vida digna, onde não estejamos mais sujeitas às atrocidades de uma sociedade que nos violenta todos os dias.

Não aceitaremos que a grande mídia nos coloque como a carne mais barata e assim continue perpetuando um papel racista e nefasto que todos lutamos para desconstruir.

Queremos investimento em saúde nas periferias, trabalhos dignos, educação e de qualidade! Exigimos políticas públicas de combate à violência às mulheres negras!

Nota pública do Quilombo Raça e Classe e Movimento Mulheres em Luta